



41º Encontro Anual da Anpocs

- Colóquio 09 -

**Trabalhadores agrícolas nos meandros participativos dos grandes
empreendimentos agroindustriais e extrativistas**

Coordenação:

Delma Pessanha Neves (UFF)

Marisa Barbosa Araújo (UFRR)

Imigrações de jovens e limites da reprodução familiar de agricultores

Joel OrlandoBevilaqua Marin



Imigrações de jovens e limites da reprodução familiar de agricultores

Joel Orlando Bevilaqua Marin¹

Neste artigo, analiso as inter-relações entre os processos de migração internacional de jovens rurais e os limites da reprodução social de agricultores. Partindo da compreensão das juventudes rurais como construtos histórico-sociais, variáveis no tempo e no espaço, procuro conhecer alguns aspectos objetivos e subjetivos que orientam e justificam práticas migratórias internacionais, diante de processos e relações sociais que limitam as tradicionais estratégias de reprodução social e de sucessão hereditária na agricultura familiar.

Por esse recorte temático, procurei evidenciar faces um novo problema social nos espaços agrários brasileiros – as migrações internacionais de jovens rurais. Embora ainda pouco estudado, esse novo fenômeno está transformando a realidade da agricultura familiar, daí que nos coloca diante da necessidade de se pensar em melhores oportunidades de inserção social para os agricultores familiares e, mais particularmente, para as gerações juvenis rurais, diante de um quadro marcado pela destruição de suas tradicionais estratégias de reprodução social.

Para a elaboração do artigo, tomei como ponto de partida estudos que venho realizando no estado de Goiás, mais especificamente no município de Itapuranga (MARIN, 2013, 2017), bem como nas dissertações de mestrado de Drebes (2015) e Oliveira (2015), que atuei como orientador. Para a produção de dados da pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e observações livres. As entrevistas foram dirigidas, inicialmente, para informantes-chave, isto é, pessoas que pelos seus conhecimentos e experiências de vida nos proporcionaram informações relevantes sobre os processos migratórios vividos pelas famílias de agricultores familiares. Na sequência, as entrevistas foram orientadas para agricultores familiares e jovens rurais, com a intenção de apreender os diversos processos vivenciados por jovens rurais com experiências migratórias internacionais. Em todas as oportunidades do trabalho de campo, teve-se o cuidado de

¹ Dr. em Sociologia, Professor do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, e-mail: bevilaquamarin@gmail.com



fazer anotações de observações sobre fatos ou dados importantes e relacionados aos temas das migrações.

Além dessa introdução e das considerações finais, apresento este artigo organizado em três seções. Na primeira seção, procuro estabelecer uma aproximação das noções de juventude rural e migrações internacionais em interface com a reprodução social da agricultura familiar. Em sequência, estudo aspectos objetivos que limitam a reprodução social na agricultura familiar de Itapuranga e constroem os jovens rurais às migrações internacionais. Por fim, analiso algumas representações socialmente construídas entre os agricultores familiares de Itapuranga que tornam aceitáveis sucessivas experiências migratórias, inclusive as internacionais vividas por jovens rurais.

Juventude rural e migrações internacionais: interconexões de temáticas

Nos contextos contemporâneos, vivemos uma acelerada e intensa interdependência global, que alcançou de forma diferenciada os continentes, países, regiões dos países, classes e grupos sociais. As razões dos fluxos são variadas, entre elas destacam-se a pobreza, miséria, fome, crises econômicas, dívidas externas, problemas ambientais, guerras civis, emergência de governos autoritários, instabilidades dos dispositivos legais, perseguição religiosa, conflitos étnicos, dentre tantas outras formas geradoras de pobreza, insegurança e violência social. As migrações internacionais, como um fenômeno contemporâneo, também estão associadas às desigualdades socioeconômicas em escala mundial. A globalização facilitou não somente a maior circulação de serviço e de mercadorias, como também a mobilidade espacial de pessoas, que partem em busca de trabalho e melhores condições de vida, não obstante as restrições legais, a intensificação e modernização de recursos técnicos-políciais, que controlam e restringem os deslocamentos transnacionais. As pessoas que engrossam as correntes migratórias são integrantes de diferentes segmentos sociais, embora haja uma predominância de populações empobrecidas.

A Organização das Nações Unidas (ONU, 2013) estima a existência de mais de 232 milhões de migrantes internacionais. Imigrantes brasileiros também engrossaram os fluxos migratórios, desde o final da década de 1980. O Ministério das Relações Exteriores estimou que, em 2013, existiam 2.801.249 brasileiros imigrados em todos os continentes, sendo 37,24% na América do Norte, 26,80% na Europa, 22,19% na América do Sul,



7,28% na Ásia, 3,42% Oceania, 1,50% no Oriente Médio, 1,27% na África e 0,26% América Central e Caribe. No Censo de 2010, o IBGE apresentou um total de 491.645 pessoas vivendo em todos os países do mundo, uma cifra muito inferior às estimativas divulgadas pelo Ministério das Relações Exteriores. De qualquer forma, números exatos de brasileiros vivendo no exterior são difíceis de serem apurados, uma vez que grande parte dos imigrantes é ilegal e, como destacou Margolis (2013, p. 20), “quem mora ilegalmente em um país reluta em se apresentar e se deixar ser contabilizado em censos e pesquisas”. Contudo, o fato novo é que o Brasil também ficou reconhecido como um país de emigração.

No final do século XX, nos espaços rurais brasileiros, foi reconhecido um novo fenômeno social: a migração internacional de jovens rurais, filhos de agricultores familiares. No Brasil, o fenômeno das migrações internacionais contemporâneas constituiu-se objeto de estudo de muitos pesquisadores. Sem a pretensão de dar conta da extensa bibliografia publicada sobre o tema das recentes migrações internacionais, a título ilustrativo, referencio os estudos de Sales (1991; 1994; 1999), Hugo (1998), Soares (2003), Patarra (2005), Siqueira (2007; 2009), Masanet e Baeninger (2011), Tedesco (2012; 2013), Margolis (2013), Romero (2013), Pereira e Siqueira (2013). Vale notar que esses estudos trataram da imigração internacional sem a preocupação de particularizar a participação de populações rurais, seja de agricultores familiares ou de jovens rurais.

No entanto, as migrações nacionais de populações rurais foram tematizadas por diversos pesquisadores interessados nos estudos sociais rurais, dentre os quais destaco os estudos de Martins (1983, 2003a; 2003b), Garcia Júnior (1989), Woortmann (1990), Santos (1993), Menezes (1992; 2012), Silva (1998, 2005), Silva e Menezes (2006). Da mesma forma, as migrações nacionais experimentadas pelas gerações juvenis também foram objeto de estudo de diversos pesquisadores, como Abramovay et al. (1998), Carneiro (1999), Stropasolas (2006), Brumer (2007), Wanderley (2007), Spanevello (2008), Weisheimer (2009), Castro (2009a; 2009b), Menezes (1992, 2012), dentre outros. Contudo, são poucos os estudos dedicados à análise de experiências migratórias internacionais vivenciadas pelas jovens gerações de agricultores familiares, dentre os quais destaco as pesquisas de Renk e Cabral (2002), sobre a imigração de jovens rurais de Santa Catarina para a Alemanha, bem como de Pereira (2007, 2012) sobre a imigração de jovens rurais mineiros do Vale do Jequitinhonha para Estados Unidos, Portugal e Espanha. Experiências migratórias internacionais vivenciadas por jovens também foram abordadas



nas dissertações de mestrado de Drebes (2015) e de Oliveira (2015), defendidas sob minha orientação, respectivamente, nos programas de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFM e de Agronegócios da UFG, cujos resultados parciais foram publicados em coletânea por mim organizada (MARIN, 2017). Nesse sentido, alguns estudos apontam que jovens rurais, em diferentes contextos sociais do país, estão inseridos em problema social relativamente recente: a migração internacional.

Na última década do século XX, conforme estudos de Neves (2007), diversos agentes sociais, vinculados às organizações internacionais e nacionais, estatais ou não estatais, aos movimentos sociais rurais e pesquisadores multidisciplinares, investiram no reconhecimento social de uma nova categoria socioprofissional, que passou a ser designada agricultura familiar, com importantes conquistas na institucionalização de aparato jurídico e de políticas públicas de crédito rural, extensão rural, mercados institucionais, dentre outras. Em torno de debates de problemas da agricultura familiar e da necessidade institucionalizar providências legais e políticas públicas, foram elaboradas importantes questões: o futuro da agricultura familiar e sua correlata sucessão hereditária. Foi assim que diferenciados mediadores sociais trataram de romper com a “invisibilidade social da juventude rural” e situá-la como categoria social com necessidades, reivindicações e potencialidades nos processos de desenvolvimento territorial rural.

Portanto, as lutas em defesa da produção de condições sociais favoráveis à inclusão da juventude rural nos processos de desenvolvimento territorial foram concebidas no escopo das estratégias de garantir sucessão da agricultura familiar e, por consequência, todos os valores supostamente a ela associados: produção de gêneros alimentícios, segurança alimentar, geração de emprego, preservação ambiental e desenvolvimento territorial rural. Os parâmetros para as lutas e reivindicações formulados para os jovens e/ou pelos jovens estavam consubstanciados nas orientações legais e nas políticas públicas já conquistadas para a categoria da agricultura familiar, mas, no entanto, caberia estendê-las às futuras gerações de agricultores.

Dos jovens rurais, conforme reflexões de Ferreira e Alves (2009), são esperados a continuidade do mundo rural e a reprodução social do campo e, mais especificamente, da agricultura familiar. Os contínuos fluxos migratórios rumo aos centros urbanos, embalados pelos jovens rurais, foram, portanto, pontuados como sério problema social ao desenvolvimento territorial, pelas correlações dramáticas relativas a esvaziamento, masculinização e envelhecimento das populações rurais. Embora não fosse fenômeno



social tão novo, a migração juvenil rural também colocaria em risco, em médio ou longo prazo, a reprodução social dos agricultores familiares. A associação da juventude rural a problemas sociais tornou-se presente nos discursos de representantes de organizações sociais, de agentes do desenvolvimento territorial e até mesmo nas análises de pesquisadores sociais rurais, que reverberaram nas formulações de políticas públicas juvenis rurais.

Reconhecimentos formais da juventude rural, no escopo de aparatos jurídicos ou de políticas públicas, têm amplos significados em termos de idealizações de uma juventude rural, mas que não necessariamente significam transposições imediatas para a realidade dos jovens rurais nem garantias ou melhorias nas suas condições objetivas de vida, haja vista os diversificados entraves econômicos, políticos e sociais para objetivá-los no cotidiano dos jovens rurais. Em todos os casos, não é possível ignorar os investimentos sociais no sentido de construir idealizações e imagens sobre a juventude rural, mas também são necessários contrapontos com a realidade social e as experiências vividas pelos jovens, situadas em determinados contextos históricos e espaciais. Na diversidade das juventudes rurais, como demonstrei em outro estudo, existem situações em que jovens rurais desconhecem aqueles supostos avanços formais ou que nem mesmo demonstram-se interessados nas políticas destinadas à sucessão hereditária na agricultura, haja vista que muitos projetos de vida passam por vinculações nas instituições escolares e no mercado de trabalho assalariado, como estratégias de conquista da autonomia, de ocupações laborais fora da agricultura familiar e de ascensão social (MARIN, 2017).

Portanto, a juventude rural, para além de uma fase natural ou biológica da vida das pessoas, é por mim compreendida como construções sociais permeadas pelos aspectos econômicos, políticos e culturais. Analiticamente, a noção de juventude não pode ser considerada como um dado ou uma essência, nem mesmo como uma fase natural da vida, delimitada por recortes etários. Quando tomada tão somente como classe etária ou como dado natural, como destacou Bourdieu (2011), “a juventude é apenas uma palavra.” Isso significa que o conceito de juventude é destituído de significados quando descontextualizados de processos históricos e das relações sociais, que se constituem nas mediações entre os indivíduos e a história, entre os agentes sociais e as sociedades. Igualmente fundamentado perspectiva construtivista, Feixa (2006) compreende a juventude como um constructo histórico e sociocultural, relativo no tempo e no espaço. Nesse sentido, as juventudes tornam-se marcadamente plurais, pela consideração das



particularidades das condições objetivas e subjetivas dos contextos histórico-sociais, pois, “cada sociedade organiza a transição da infância para a vida adulta, embora as formas e conteúdos dessa transição sejam enormemente variáveis. Mesmo que esse processo tenha uma base biológica, o importante é a percepção social destas mudanças e suas repercussões para a comunidade” (FEIXA, 2006, p. 28).

Sob essas perspectivas, as juventudes rurais podem ser compreendidas a partir de certas especificidades dos processos de inserção da agricultura familiar e de suas estratégias e limites para garantir a reprodução social. A juventude rural, quando apreendida em seus processos e relações sociais, é possível apreender a sua diversidade social. Se a noção de juventude apresenta demarcadores biológicos e etários, como alertou Bourdieu (2011) sempre manipuláveis, que servem para efeitos enquadramentos institucionais e “divisões dos poderes”, o reconhecimento da diversidade de formas de inserção econômica, política e social da juventude rural proporciona novas dimensões analíticas, pela complexidade das condições objetivas e subjetivas dos contextos familiares e histórico-sociais em que os jovens vivem. A apreensão da complexidade de situações produtivas, laborais e socioculturais nos auxilia a compreender a condição juvenil, não como um padrão de “ser jovem” ou como uma idealização, mas a partir da diversidade de maneiras de se viver e de se conceber a juventude e do reconhecimento da existência de diferenças e desigualdades sociais entre os jovens rurais, mesmo que pertencentes à categoria de agricultores familiares.

Por essa abordagem, a juventude rural é considerada uma categoria social, demarcada por critérios etários-biológicos e, sobretudo, pelas relações sociais em que os jovens estão inseridos nos contextos históricos e espaciais. Assim a juventude rural é compreendida a partir das particularidades do conjunto de relações tecidas em seus tempos e espaços sociais, dos processos de socialização, dos investimentos para enquadramento institucional dos jovens, das múltiplas formas de inserções socioeconômicas, das relações de gênero, bem como dos próprios parâmetros que jovens constroem da realidade social, de suas práticas sociais e visões de mundo. No estudo das relações que interligam os jovens e o mundo que os cerca é possível compreender suas formas de inserção social, práticas sociais e concepções de mundo. Assim, a compreensão da juventude implica no estudo das redes de relações sociais que regem e regulamentam as ações e concepções de mundo dos jovens rurais, levando-se em consideração os contextos temporais e espaciais em que estão inseridos.



As migrações internacionais, embaladas por jovens rurais, são por mim apreendidas como processos sociais vividos pelos migrantes inter-relacionados com estratégias de reprodução social da agricultura familiar. Por esse caminho teórico-metodológico, conferimos centralidade analítica na complexidade de trajetórias individuais, familiares e sociais implicadas nas experiências migratórias. Nesse investimento, fundamentamo-nos nos aportes teórico-metodológicos de Abdelmalek Sayad, sociólogo franco-argelino, considerado um dos fundadores da sociologia das migrações na França no século XX. No estudo das experiências migratórias de argelinos para a França, Sayad analisou condições sociais e as trajetórias dos agentes sociais envolvidos em processos de emigração e imigração. A relevância analítica de Sayad (1998, p. 18) situa-se em mostrar que “o imigrante, antes de ‘nascer’ para a imigração, é primeiro um emigrante.” Dialeticamente, como afirma o autor, o emigrante e o imigrante são a mesma pessoa; só existe o imigrante socialmente constituído porque antes foi criado o emigrante. Num primeiro momento, emerge um emigrante que, em um segundo momento, é transformado em um tipo específico de imigrante, que participa em uma forma particular de imigração.

Para Sayad (1998), a visão total do fenômeno migratório, requer a análise dialética das inter-relações entre os processos históricos e contemporâneos das sociedades de emigração e de imigração. Isso significa que os fenômenos da emigração e da imigração implicam em espaços e tempos estritamente interconectados entre si. Sob essa perspectiva, Sayad propugna a análise das múltiplas relações existentes entre o espaço e tempo nos países de origem e o espaço e tempo nos países de destino. As interconexões destes dois espaços sociais e tempos cronológicos possibilitam melhor compreensão e interpretação do fato social emigração-imigração. Com tal proposição, o autor lança críticas aos estudos que analisam a imigração e o imigrante como um problema social e que negligenciam a análise dos múltiplos fatores desencadeadores de processos individuais e coletivos de emigração, bem como a diversidade de condições sociais existentes nos locais de origem dos emigrantes e as distintas trajetórias de vida dos emigrantes.

Ainda na busca de melhor aproximação ao estudo do fenômeno migratório juvenil rural, pode-se agregar algumas contribuições de pesquisadores que se dedicaram aos estudos do fenômeno das migrações nacionais, vivenciadas por populações rurais brasileiras. Os estudos de Garcia Jr. (1989), Woortmann (1990) e Menezes (2012), a cerca particularizando as experiências de jovens nordestinos no sentido da região Sudeste, indicam que as migrações podem significar a inviabilização do produtor autônomo, com



migração definitiva do meio rural, como também podem representar uma alternativa para garantir a reprodução social da condição de agricultor, pelos acúmulos de recursos financeiros, conhecimentos e novas visões de mundo, que são importantes para permanência no meio rural na condição de agricultor autonomizado. Outro fator, não menos importante apontado pelos autores referenciados, é que as migrações também representam ritos de passagem da condição de jovens para a condição de adultos, no sentido da construção da autonomia pessoal. Pelas experiências em migrações, o rapaz torna-se homem e as moças torna-se mulher. Ainda na perspectiva dos autores referenciados, as migrações nem sempre implicam no êxodo rural definitivo, mas podem ter caráter transitório, na medida em que integram processos de construção da autonomia pessoal e estratégias de reprodução social das famílias camponesas.

Em suma, as migrações são qualitativamente compreendidas a partir da especial atenção às trajetórias de vida individuais e familiares, sem desconsiderar as necessárias interconexões com os processos mais amplos que produzem mobilidades em massa e em escala global. Nesse sentido, pode-se avançar para a compreensão das migrações como algo que ultrapassa os movimentos aparentemente individuais ou familiares, para atingir os complexos processos globais de mobilização de trabalhadores, nos contextos contemporâneos. E, como especificidade desse artigo, procuro compreender os processos migratórios internacionais embalados por jovens rurais, filhos de agricultores familiares.

Migrações internacionais: limites da reprodução social dos agricultores familiares

Em Itapuranga, a migração faz parte da existência individual e coletiva dos agricultores familiares. Migrações não apenas vivenciadas em tempos passados e lembradas por agricultores mais idosos, mas também migrações de jovens rurais que partiram para terras de além-mar. Desde quando foi criado, na década de 1930, até os dias atuais, o município de Itapuranga caracteriza-se por intensos fluxos migratórios. Os agricultores familiares vivenciaram sucessivos fluxos migratórios, que se sucederam desde meados da década de 1940, para fazer de Itapuranga um município de migração e de famílias de migrantes. As trajetórias individuais e coletivas dos agricultores familiares de Itapuranga estão profundamente marcadas pelas migrações. Sucessivas gerações juvenis foram introjetando as migrações como alternativas preferenciais frente aos sinais de crise da agricultura familiar. Dessa forma, a migração tornou-se uma prática social consolidada



há mais oitenta anos, quando para Itapuranga se dirigiram intensos fluxos migratórios, movidos pelo sonho da terra para trabalhar, plantar e colher. Ao longo dos últimos sessenta anos, agricultores familiares de Itapuranga expropriados de suas terras ou inviabilizados em sua condição de reprodução social orientam-se em busca de novas terras em regiões de fronteiras agrícolas ou de trabalho em espaços urbanos ou estudos para melhores ocupações laborais. Mais recentemente, o desenvolvimento do município está balizado pela migração, especialmente das gerações juvenis, que partem para terras estrangeiras em busca de trabalho e de melhorias de suas condições de existência. Com tais mobilizações, Itapuranga foi projetada como uma sociedade de emigração, posto que dali sempre partiram inúmeros fluxos migratórios, não somente em rotas nacionais, mas também em rotas internacionais (MARIN, DREBES, OLIVEIRA, 2017).

A partir da década de 1990, jovens rurais, filhos de agricultores familiares, passaram a vivenciar experiências migratórias internacionais, na expectativa de encontrar novas possibilidades de trabalho e de inserção social. Foi assim que jovens rurais, de ambos os sexos, embalaram migrações internacionais com destino às nações do continente americano, especialmente Estados Unidos, do continente europeu, notadamente Portugal, Espanha, Reino Unido, Alemanha, Itália, França, Suíça e Bélgica e, em algumas situações, do continente asiático, especificamente no Japão.

A problemática das migrações juvenis não pode estar dissociada dos processos de desenvolvimento territorial hegemônico em curso em Itapuranga e municípios adjacentes, marcado pela expansão massiva do cultivo da cana de açúcar, que confere uma certa tendência de monocultura. Desde o início da década de 2000, conforme estudos de Carvalho e Marin (2011), os agricultores familiares se confrontaram com a retomada do cultivo de cana de açúcar, com a instalação, em Itapuranga, de uma agroindústria canavieira vinculada ao Grupo Farias – Vale Verde Empreendimentos Ltda. Na verdade, essa agroindústria se estabeleceu em antigas benfeitorias da Destilaria Pite S/A, que se encontrava desativada desde o final da década de 1980, em decorrência da decretação de falência, quando Programa Nacional do Álcool (Proálcool) deixou de receber incentivos públicos e logo desativado pelo governo federal. Com a edição do Plano Nacional de Agroenergia ocorreu uma nova expansão do cultivo de cana de açúcar sobre as terras de agricultores familiares itapuranguenses, viabilizada por meio de contratos de arrendamento de suas terras para a agroindústria canavieira produzir sua matéria prima ou, em menor



proporção, por meio de contratos de fornecimento de cana de açúcar à agroindústria canavieira.

As migrações também estão relacionadas à expansão canavieira no município de Itapuranga, que para os agricultores familiares implicava na concentração fundiária. A partir desse momento, tem-se a aprovação dos projetos de implantação das usinas e inicia-se a instalação em alguns municípios de Goiás, inclusive Itapuranga. Em estudo sobre as contradições sociais da expansão da cultura canavieira em Itapuranga, Carvalho e Marin (2011) notaram que as dinâmicas socioprodutivas de Itapuranga passaram por transformações substantivas, pois, na medida em que as terras são cedidas para agroindústria canavieira, os agricultores familiares reduzem ou abandonam os cultivos diversificados ou mudam a função social de suas propriedades rurais, tornando-as apenas locais de habitação ou, em situações extremas, migram para a cidade. Assim, de agricultores produtores de alimentos são transformados em consumidores urbanos, que vivem do arrendamento de suas pequenas porções de terras.

Ademais da terra, a agroindústria canavieira passou a disputar os recursos naturais, pelo maior uso das águas dos córregos para irrigação das plantações de cana, sendo também acusada pela destruição de árvores que se encontravam em meio às lavouras, tanto pela ação do fogo quanto por práticas ilícitas, bem como pelas queimadas da cana e suas consequentes emissões de fumaças e de cinzas. Alterou ainda os usos de obras públicas, como as estradas de chão que interligam as propriedades rurais e as cidades, com a intensificação de trânsitos de máquinas e caminhões, que aumentam a poeira, buracos e erosões, sempre implicando em perdas e danos aos moradores locais.

Assim, a monocultura canavieira, expandida por estímulos de programas governamentais, tende a alterar as formas de usos da terra, os sistemas produtivos dos agricultores familiares, as apropriações dos recursos naturais disponíveis e as obras de infraestrutura públicas, impactando os processos de desenvolvimento territorial. As transformações nas dinâmicas socioprodutivas e ambientais tendem a restringir as possibilidades produtivas dos agricultores familiares e degradar suas condições de existência. Tais processos têm desencadeado denúncias públicas e mobilizações sociais, como a Romaria da Terra e das Águas de Goiás, ocorrida em Itapuranga em setembro de 2017, promovida por representantes da igreja católica, sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos sociais e ambientais. No entanto, as transformações desencadeadas pela agroindústria canavieira, desde a década de 1980, também apresenta repercussões sobre os



processos migratórios de agricultores familiares. Nesse contexto restritivo dos processos de desenvolvimento territorial os jovens demonstraram-se predispostos a tecer projetos migratórios para construir outras formas de inserção social fora da agricultura familiar de Itapuranga, agregando-se inclusive em migrações internacionais.

Contudo, a inteligibilidade das experiências migratórias internacionais vividas por jovens rurais passa pelo estudo de processos e relações vividas pelos agricultores familiares itapuranguenses. Também é preciso levar em consideração que, em grande medida, as migrações internacionais estão inter-relacionadas com os processos de autonomização dos jovens rurais e os limites da reprodução social na agricultura familiar. Por tanto, muitos fatores que desencadeiam as migrações internas, no sentido do espaço rural para os centros urbanos do país, são também os que embalam as migrações internacionais juvenis.

Jovens rurais, em seus depoimentos orais, costumam justificar suas emigrações internacionais pela “falta de opção na roça”. Essa argumentação resume uma série de constrangimentos relacionados ao acesso aos meios de produção, às condições de trabalho na agricultura familiar e aos processos de desenvolvimento social mais amplo em curso em Itapuranga. Um fator diz respeito à falta de terra ou à quantidade insatisfatória de terra. Itapuranga é um município marcado por um grande número de minifúndios, convivendo ao lado de um número muito pequeno de propriedades com grandes extensões territoriais. Em muitas situações, as terras dos agricultores familiares são acidentadas, com baixa fertilidade e com reservas naturais, portanto, protegidas pela legislação, que dificultam a instalação de atividades agrícolas e obtenção de rendas familiares satisfatórias. Em face dessas limitações, jovens rurais não percebem possibilidades favoráveis para instalar-se como futuro agricultor familiar autonomizado ou condições para ascender a proprietários de estabelecimentos familiares, pelos processos de herança familiar. Dadas à falta ou escassez de terra e às limitações para absorção da força de trabalho juvenil na unidade de produção familiar, as emigrações internacionais tornam-se imediatamente associadas às possibilidades de superação dos constrangimentos da reprodução social dos futuros agricultores. Assim, a partir dos obstáculos à continuidade na agricultura familiar, os jovens constroem projetos de emigração internacional, colocando em seus horizontes sonhos de mudanças de vida e de trabalho em terras de além mar.

Ademais dos limites do fator terra, a propalada expressão “falta de opção na roça”, referencia processos e relações de subordinação e expropriação dos frutos do trabalho dos



agricultores familiares, existentes nos principais produtos mercantis e integrados em cadeias agroindustriais de leite, frutas e cana de açúcar. Essa questão reflete lutas históricas dos agricultores por melhores remunerações de seus produtos agrícolas, tendo com referência os elevados custos de produção, materializados em bens industriais, como máquinas, insumos químicos, sementes, produtos veterinários, benfeitorias e instalações, necessários aos cultivos e criações. Somam-se ainda as crescentes exigências técnicas-legais quanto aos critérios de quantidade e qualidade dos produtos agrícolas, que sempre implicam em seletividades de agricultores familiares mais aptos e produtivos e exclusões daqueles menos capitalizados e qualificados, como é o caso dos produtores de leite frente à obrigatoriedade de instalação de tanques de expansão para armazenagem e conservação do leite. Dessa forma, as desigualdades entre os custos de produção e dos valores dos produtos mercantis, que para os agricultores familiares sempre implicam em redução da remuneração do próprio trabalho familiar e de possibilidades de constituição de poupanças, são facilmente percebidos pelos jovens rurais que passam a projetar conquistas de trabalhos e rendas mais estáveis e constantes, vislumbradas por meio da migração e do trabalho assalariado.

Não obstante, jovens rurais entrevistados também relatam os riscos econômicos inerentes às atividades agrícolas como desencadeadores de suas emigrações internacionais. Os riscos de perdas da produção, seja resultante de intempéries como as chuvas de granizo ou estiagens prolongadas, ou as doenças fitossanitárias que acometem os cultivos de mamão, banana, maracujá e hortaliças, geram perdas econômicas e até endividamentos. Como destacou Wanderley (2009), as condições naturais de realização da produção agrícola, por vezes aleatórias e não controláveis, também aumentam a vulnerabilidade do trabalho e a instabilidade da renda familiar dos agricultores. Em algumas situações, conforme narrativas de jovens rurais, os infortúnios ocorreram em atividades agrícolas financiadas pelo sistema bancário, daí que, enquanto a produção foi perdida ou prejudicada, a dívida permaneceu, situação agravada diante do fato de que são raros os agricultores familiares que contam com seguro agrícola.

Os diversos constrangimentos socioeconômicos e condições naturais para a objetivação da produção na agricultura tornam-se limitantes dos processos de autonomização pessoal e de constituição dos futuros agricultores familiares. Parcelas significativas de jovens rurais, que estabelecem projetos de migrações internacionais, apresentam uma escolarização inconclusa. Por consequência, um baixo nível de



escolarização aumentam as dificuldades para as ocupações laborais que requerem melhor qualificação e que possibilitam melhores remunerações. Sob essa perspectiva, diante das restrições da agricultura familiar ou do mercado de trabalho local, os jovens rurais percebem a migração internacional como a grande oportunidade de crescimento econômico.

Assim, as idealizações das migrações internacionais estão focadas nas buscas de maiores garantias de retornos econômicos do trabalho e melhores salários no exterior. A esse propósito, a valorização das moedas estrangeiras, especialmente o Dólar e o Euro, em relação ao Real, tornou-se o mote dos contínuos fluxos migratórios internacionais embalados pelos jovens rurais vinculados à agricultura familiar de Itapuranga. Particularizando a análise, Drebes (2015, p. 65) notou que as emigrações foram mais intensas entre 2000 e 2005, exatamente no período em que o Dólar e o Euro alcançaram as melhores cotações em relação à moeda nacional:

a valorização do dólar e do euro engendraram as emigrações internacionais em virtude da expectativa de que os salários recebidos pelos trabalhos nas sociedades de imigração poderiam ser duplicados ou até triplicados quando enviados através de remessas à sociedade de emigração. Dessa maneira, as emigrações internacionais foram tomadas como uma alternativa de renda facilitada.

Além das expectativas de maximizar a renda com as diferenças cambiais, os jovens rurais encontraram estímulos em exemplos de ascensão socioeconômica atingida por familiares, amigos e conhecidos que tinham emigrado e alcançado melhorias de renda. Na objetivação desse projeto, os jovens rurais recorrem às redes migratórias constituídas com propósitos de viabilizar migrações internacionais. Estas redes migratórias são tecidas por uma intrincada teia de relações pessoais, familiares e institucionais, não raramente ilegais e criminosas, que proporcionam apoios nos deslocamentos espaciais de pessoas, fornecem bens e informações e facilitam as interconexões entre os emigrantes, os imigrantes e até mesmos os não-migrantes, mas que de alguma forma implicam-se em processos migratórios (SOARES, 2003; TRUZZI, 2008).

A propósito viabilização das migrações, Drebes (2015) destacou que os jovens migrantes de Itapuranga preferem as redes pessoais e familiares como facilitadoras das travessias, acolhimentos e incorporações no mercado de trabalho. No entanto, jovens rurais recorrem às redes institucionais, inclusive criminosas, para viabilizar seus deslocamentos espaciais, especialmente quando as migrações são ilegais. Em todas as situações, as experiências migratórias implicam em custos financeiros elevados, esforços físicos,



desgastes emocionais e também riscos, haja vista a intensificação de políticas e medidas de combate à imigração, instituídas pelos Estados Unidos e países europeus. Os riscos não se restringem à prisão e deportação, mas também à integridade física e à vida, especialmente quando as migrações implicam em travessias terrestres, como as praticadas nas fronteiras entre o México e Estados Unidos.

Esses problemas são minimizados frente aos diferenciados fatores socioeconômicas que limitam a reprodução social das novas gerações de agricultores familiares. Os jovens rurais pesquisados em Itapuranga compartilham um desejo de superação de problemas vividos e de encontrar um lugar melhor para trabalhar e viver, pelo menos temporariamente. Em comum, os jovens emigrantes compartilham o projeto de migrar para trabalhar, ou seja, o trabalho é o sentido de toda a experiência migratória. O trabalho também está relacionado com a poupança, que implica no esforço de ganhar mais do que se gasta para viver. Os ganhos financeiros, por sua vez, são remetidos aos familiares que permanecem no Brasil, que se encarregam de aplicações financeiras e imobiliárias. Ao longo prazo, quando do retorno, os jovens idealizam a realização de seus investimentos, que lhe darão autonomia financeira e pessoal. Por esses objetivos, todos os projetos migratórios internacionais tendem a coadunar os limites da reprodução social da agricultura familiar e a necessária construção de processos de emancipação social, para adentrar na vida adulta.

Com base na externalização da força de trabalho dos jovens rurais, ao mesmo tempo em que traz retornos ao município, os agricultores familiares acabam criando condições que dificultam ou inviabilizam a sua reprodução social. Em Itapuranga, as migrações rurais, que em décadas passadas constituíram-se importantes estratégias de reprodução social, sedimentaram-se ao longo do tempo, balizando de forma duradoura as práticas sociais, coletivas e individuais dos agricultores familiares.

Dos limites da reprodução social às representações sociais das migrações internacionais

As migrações internas ou internacionais foram contínuas em Itapuranga, ao longo das últimas décadas, em função de um imaginário simbólico e coletivo construído positivamente em torno das mesmas. Sob as perspectivas de jovens rurais migrantes internacionais, migrar significa a uma alternativa para a conquista da autonomia pessoal,



em ocupações laborais da agricultura familiar. Tomando por base a reconstituição histórica dos diferentes processos migratórios, evidencia-se que migração está imbricada entre as famílias de agricultores de Itapuranga. As sucessivas e constantes experiências migratórias, diferenciadas ao longo do processo histórico, sedimentaram-se nas práticas sociais, discursos e valores culturais dos agricultores familiares. Sayad (1998, p. 40), ao analisar o histórico de migrações da pequena aldeia argelina situada nas montanhas da Cabília, local de partida de muitos migrantes em rumo à França entre as décadas de 1970 e 1980, constatou a existência de uma longa prática migratória sintetizada na expressão de que “a emigração repousa em uma longa tradição”. Sayad (1998, p. 39-40) destacou:

Segue-se então todo um processo que, de abandono em abandono, faz tomar consciência da inutilidade de querer perpetuar a agricultura em sua forma mais antiga; leva a acumular dívidas; e, de desafio em desafio, conduz a pensar na emigração como o único recurso, a solução definitiva que permite romper o círculo infernal da proletarização dos trabalhadores rurais, e também como o ato de ‘emancipação’ por excelência.

Como destacamos em outra pesquisa (MARIN, DREBES, OLIVEIRA, 2017), a agricultura familiar de Itapuranga foi construída sobre sucessivas experiências migratórias, relacionadas tanto às chegadas de migrantes no território de Itapuranga, quanto às saídas de Itapuranga em rumo às novas fronteiras agrícolas e aos espaços urbanos e, mais recentemente, ao exterior. Embora cada experiência migratória tenha matizes e contornos diferenciados, todos itapuranguenses relatam suas próprias experiências migratórias ou, então, a chegada ou a partida de um parente, de amigo ou de um vizinho. Jovens rurais relatam, com naturalidade, seus sonhos de partir do rural de Itapuranga rumo a uma cidade grande ou ao exterior na tentativa de encontrar melhores oportunidades de estudos ou de trabalho. As diferenciadas experiências migratórias, vividas por sucessivas gerações, estão ancoradas de tal forma que marcam profundamente as práticas e as representações sociais dos agricultores familiares.

Por tais razões, no contexto estudado, a migração tem características mais amplas que os aspectos econômicos. Vale ressaltar que essa tradição migratória interfere nas escolhas dos jovens rurais, criando um imaginário que qualquer experiência migratória, seja para estudos ou trabalho, nacional ou internacional, é melhor do que permanecer trabalhando na agricultura familiar, junto com os pais. Marin, Drebes e Oliveira (2017) notaram que os jovens rurais, antes de empreenderem migrações internacionais, vivenciam migrações internas, principalmente para o meio urbano de Itapuranga e para grandes centros urbanos do estado de Goiás. Configura-se, então, a seguinte tendência: na medida



em que os filhos crescem, migram do meio rural para o meio urbano de Itapuranga ou para algum outro centro urbano e, depois, para o exterior. Dessa maneira, nas sucessivas experiências migratórias, compartilhadas tanto pelas gerações adultas quanto pelas gerações juvenis, as emigrações tendem a surgir em última instância, como alternativa extrema e dramática, evidenciando novas maneiras de construir a autonomia, de garantir a reprodução social e de vivenciar a juventude nos contextos de globalização.

As famílias de agricultores itapuranguenses fazem das migrações as alternativas preferenciais frente aos problemas e às restrições de reprodução da condição social de agricultor familiar, sobretudo entre os jovens rurais. São os jovens rurais que mais facilmente assimilam, mantêm e disseminam as práticas sociais de migração. Eles percebem que os atuais processos de modernização e a globalização, ao mesmo tempo em que implicam em restrições econômicas, políticas, sociais, culturais, tecnológicas e ambientais no âmbito da agricultura familiar, abrem outras possibilidades que não passam necessariamente pelo pesado, desprezado e mal-remunerado trabalho na agricultura familiar. Portanto, mostram-se dispostos a construir outros projetos pessoais de autonomização que passam pela migração, mesmo nem sempre tendo clareza do que encontrarão nas cidades ou em terras de além-mar. No entanto, os jovens rurais demonstram que não querem repetir a mesma sina dos pais. Em muitas situações, conforme análise de Oliveira (2017), são os pais os principais estimuladores ou apoiadores da decisão dos filhos ou das filhas em migrar, mesmo sabendo que sofrerão com as partidas e as ausências.

As transformações em curso interferem nos processos de construção social da juventude rural, afetando em suas identidades e em seus projetos de vida futura. Nesse sentido, a construção da autonomia pessoal e social, visualizada pelos jovens rurais pela conquista de melhores oportunidades de educação escolar e melhores remunerações do trabalho, dá sentidos às novas maneiras de se viver e perceber a juventude, no contexto contemporâneo de Itapuranga. No imaginário coletivo dos jovens rurais, a migração está associada com a construção de alternativas de ascensão social, embora nem sempre sejam concretizadas na realidade dos migrantes.

As sucessivas experiências migratórias interferem nas formas de sociabilização das gerações juvenis rurais, de forma que as diferentes experiências de migração tornam-se uma espécie de rito de passagem, quase que obrigatório aos jovens. Com a migração, os jovens adentram a vida adulta, na medida em que, a partir desse momento, começam a



construir sua independência financeira e pessoal. Não por acaso, as migrações, especialmente as internacionais, têm estreitas relações com trabalhar, ganhar dinheiro, poupar e investir no futuro negócio. Assim, as diferentes experiências migratórias tornam-se marcos na vida dos jovens, deixando para trás a vida de dependência dos pais, acenando para a entrada na vida adulta, na expectativa de construir a autonomia pessoal.

Para os jovens rurais pesa ainda as percepções sobre o trabalho na agricultura familiar. Pelos relatos orais, os jovens mencionam a penosidade do trabalho, particularmente quando relacionado ao uso de agrotóxicos e produtos químicos utilizados na produção de frutas, para controle de pragas e doenças. Contudo, percepções negativas do trabalho também são relacionadas a determinadas atividades que são pesadas, repetitivas, causadoras de desgastes físicos e problemas ergonômicos, ademais das exposições às intempéries climáticas. Os jovens rurais colocam em balanço a penosidade do trabalho e o baixo ou incerto retorno econômico das atividades agrícolas, como justificativas de suas escolhas pelas experiências migratórias. As migrações internacionais passam, então, a integrar estratégias de constituição do agente produtivo autônomo, fundamentadas nos princípios morais de valorização da autonomia dos processos de trabalho e nas aspirações de não repetir a sina dos pais, para melhorar as condições de existência. Assim, a migração também é refletida por tais constrangimentos para a objetivação da reprodução social dos agricultores familiares, aos quais restam o pesado, cansativo e desvalorizado trabalho agrícola.

Portanto, aqueles jovens rurais que não experimentam migrações são menosprezados socialmente, não apenas pelos grupos de mesma idade. São julgados como “doidos” ou “bobos”, que não conseguem vislumbrar melhores projetos de vida, nem superar a dependência dos pais, nem perceber as agruras do trabalho na agricultura. Conformam-se, portanto, em trabalhar e repetir a mesma vida de seus pais.

A participação de jovens rurais em processos migratórios internacionais está relacionada com as profundas transformações nos processos de socialização dos jovens rurais de Itapuranga, experimentadas desde a última década do século XX. A rápida expansão da televisão, das novas tecnologias de informação e comunicação, como o telefone celular e a internet, bem como a popularização e facilidade de acesso aos veículos particulares mudaram os valores dos jovens e suas percepções de tempo e espaço. Os referenciais de localidade e comunidade, marcante em décadas anteriores, são transformados pelas noções de maior amplitude, mobilidade e agilidade para adentrar em



outros mundos e percebê-los de formas diferenciadas. Assim, os jovens rurais facilmente percebem que o mundo não está restrito aos conhecimentos transmitidos pelos pais ou professores, e muito menos às visões e possibilidades acenadas pela vida no meio rural. Nesse sentido, as tecnologias, sobretudo de comunicação e informação, também começam a interferir sobre a socialização da juventude rural (DREBES, 2015). Ou, como notou Pereira (2007), os processos de globalização, as novas formas de expansão do capitalismo nas áreas rurais e a incorporação de novos valores e modos de vidas transformaram consideravelmente os padrões de consumo, comportamentos e percepções sociais das populações rurais, influenciando, sobretudo, as gerações juvenis rurais. Assim, em Itapuranga, às gerações adultas ou idosas causam estranhamentos e temores as intensas aproximações entre os sexos, a exposição do corpo, os relacionamentos efêmeros entre os jovens, as relações homossexuais, o desejo de consumo de bens de uso pessoal e até mesmo o consumo de drogas entre as novas gerações. Tais mudanças nos valores e comportamentos quase sempre são percebidas como problemas morais, atribuídos ao amplo acesso às tecnologias de informação e comunicação, à desvalorização da família e de seus ensinamentos, bem como à convivência com jovens urbanos, seja na escola ou nos momentos de recreação e lazer.

Essas “rupturas” com as noções de local, familiar e comunitário, assim como o fortalecimento das individualidades e os desejos de consumo, também são explicativos os fluxos migratórios internacionais embalados por jovens rurais. Nas últimas décadas, se construiu se uma juventude rural mais desprendida dos valores e modos de vida locais e mais aberta às novas experiências, ao conhecimento de um mundo mais amplo e globalizado. No entanto, a longa tradição migratória, vivenciada por sucessivas gerações de agricultores familiares, também contribui para a construção de uma atual juventude rural marcadamente predisposta às suas próprias experiências migratórias, não apenas internas, como foi em gerações passadas, mas também internacionais.

Ademais, os jovens rurais e as jovens rurais valorizam suas experiências no mercado de trabalho internacional pelas possibilidades de aumentar seus níveis de conhecimentos, ampliar as redes de relações pessoais e melhorar suas habilidades pessoais e acumular experiências de vida. Acreditam, portanto, que o trabalho no exterior é fundamental para torná-los pessoas mais sociáveis e conectadas com as mudanças do mundo contemporâneo. Nesse mesmo sentido, os desejos de ampliar as experiências de



vida e de conhecer realidades de outros países favorecem as decisões dos jovens rurais pelas experiências migratórias e pelo trabalho no exterior.

As jovens rurais, mais do que os jovens rurais, parecem mais predispostas às migrações. Os dados do IBGE de 2010 indicavam uma desproporção entre a população rural masculina e feminina, na faixa situada entre 15 e 24 anos de idade, com o cômputo de 297 rapazes e 206 moças. Na ordem hierárquica familiar, o homem ocupa-se de trabalhos socialmente valorizados, em virtude de sua posição de chefe de família e responsável pela reprodução do grupo familiar, enquanto que a mulher e filhos desempenham os trabalhos domésticos e aqueles considerados leves, situados em plano secundário e percebidos como “ajuda”. Tais posições hierárquicas e trabalhos socialmente desvalorizados geram, portanto, insatisfações das jovens com a vida rural. Na valorização da autonomia do trabalho e na constituição individualizada do trabalhador, as jovens rurais não perdem de vistas as possibilidades das migrações internacionais para inserirem-se como trabalhadoras, no setor de serviços de limpeza ou nos serviços domésticos. No mercado de trabalho internacional, em contexto de reestruturação produtiva, abriram-se amplas possibilidades ocupações laborais, especialmente nos setores de serviços de restaurantes, hotelaria, comércio e domésticos. Particularizando aspectos do mercado de trabalho na Espanha, Cachón (2003, 2011) destacou que as transformações produtivas aumentaram a incorporação da mulher espanhola no mercado de trabalho, gerando necessidade de contratação de empregadas para os serviços domésticos e cuidados de pessoas, especialmente crianças, idosos e doentes. Desta forma, houve um incremento da demanda pela mão de obra dos imigrantes no país, em determinadas atividades do setor de serviços que os espanhóis, progressivamente, renegavam em fazer. Segundo Recio e Costa (2006), parte dos fluxos migratórios dirigidos à região da Catalunha foi constituída por mulheres originárias da América Latina, em virtude da ampliação do mercado de trabalho, seja formal ou informal, orientados aos serviços domésticos e ao cuidado de pessoas. As jovens rurais entrevistadas mostram-se mais inclinadas às inserções no mercado de trabalho assalariado como caminhos para não reproduzir a profissão das mães. Migrar para trabalhar em outro país torna-se, então, uma decisão importante para obter renda própria, que possibilita a conquista da autonomia pessoal, mesmo que as inserções se concretizem em ocupações laborais de baixa qualificação e impliquem em baixas remunerações e, por vezes, como analisamos em outra pesquisa, na prostituição (DREBES, MARIN, 2016).



Em suma, as narrativas socialmente construídas para justificar as migrações internacionais decantam a desejada “melhoria das condições de vida”, como contraponto aos limites da realização do trabalho familiar e aos diversos constrangimentos enfrentados no espaço familiar para produzir os futuros herdeiros e agricultores. Diante dessa realidade, jovens rurais fazendo da experiência migração como uma possibilidade de objetivação do trabalhador autônomo. A incorporação em trabalhos no exterior é percebida, então, como uma saída honrosa para os jovens rurais empobrecidos. Tão desejados vínculos legais representam a celebração da aprovação profissional do trabalhador, além de que produzem valiosos testemunhos de trajetórias distintas em relação aos demais trabalhadores desprotegidos dos amparos legais. Refletindo os valores morais que orientam as imigrações internacionais, Neves (2017, p. 6) destaca:

Como valor e perspectiva, elas se objetivam como crença (coletiva) pela representação sintetizada na expressão *melhorar de vida*. Em tese ou como projeção, a expressão se configura como legado moral transmitido entre gerações, em demonstração que o futuro está aberto a diversas alternativas não previamente definidas, mas a serem ocasionalmente consideradas ou incorporadas. Exatamente por não ser previamente definida, nos termos da enunciação cotidianamente reafirmada, ela, no entanto, é portadora da convicção de que, a cada geração, as possibilidades presentes e incorporadas devem ser avaliadas, de modo a que as situações concebidas como restritivas a um padrão situacionalmente valorado de inserção social, sejam enfrentadas e possivelmente superadas. Enquanto referência moral, orientar-se pela conquista da autonomia e pautar-se pela constituição de independência financeira pressupõem disciplina, especialmente no que tange à reafirmação do valor da poupança econômica, não como entesouramento, mas segundo projeções na constituição exemplar dos filhos e do ser adulto.

Por fim, as agregações de jovens rurais em relações de trabalho assalariado, temporário ou permanente, formais ou informais, são estratégias de alocação da força de trabalho excedente, complementação da renda familiar e construção da autonomia pessoal, embora sob as marcas da informalidade, precarização e baixa remuneração. Mas, a migração internacional nem sempre é caminho sem retorno ao trabalho agrícola, uma vez que pode representar alternativas inerentes à constituição de diversos patrimônios, consubstanciados na terra, nos instrumentos de trabalho e no acúmulo de novos saberes e visões de mundo, considerados de grande valia para a instalação do futuro produtor agrícola independente. Porém, a migração internacional e a incorporação em ocupações laborais informais e desprezadas pelos trabalhadores autóctones representam uma face dramática da crise dos processos de reprodução dos agricultores familiares.



Considerações finais

As migrações integraram parte das estratégias de reprodução social dos agricultores familiares, mas também são reveladoras dos limites ou impossibilidades de garantir condições de reprodução social das novas gerações. Agricultores familiares e, sobretudo, jovens rurais migram em busca de novos projetos de construção de autonomia pessoal e de reprodução social, em alguma cidade do Brasil ou de algum outro país. Pelas sucessivas experiências migratórias, as famílias de agricultores e seus jovens rurais são desenraizados e migrantes em constantes buscas de melhores formas de inserção social.

As experiências migratórias, reproduzidas pelas sucessivas gerações de agricultores familiares de Itapuranga, implicaram na emergência de uma tradição migratória, que se expressa nas práticas sociais, discursos e valores culturais dos agricultores familiares e que interfere nas escolhas e nos modos de viver das atuais gerações juvenis rurais. As experiências migratórias, compartilhadas e reproduzidas pelas sucessivas gerações, implicaram na redução do número de jovens rurais e, por consequência, na transformação do panorama do espaço rural de Itapuranga. As práticas migratórias, ancoradas nas famílias de agricultores familiares e da sua juventude, orientam suas maneiras de agir e pensar. E, de tal modo internalizadas e reproduzidas pelas gerações juvenis, as imigrações tendem a agravar a realidade social dos espaços rurais, já fortemente marcada pelo esvaziamento, envelhecimento e masculinização da população rural.

Referências

- ABRAMOVAY, R. et al. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Unesco, 1998.
- BOURDIEU, P. La “jeunesse” n’est pas qu’un mot. *Questions de sociologie*. Lonrai: Les Éditions de Minuit, 2011. p. 143-154.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Estimativas populacionais das comunidades brasileiras no mundo*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2013. Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/apendiceDiplomaciaConsular-Brasileiros-no-Mundo.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2015.
- BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CASTRO, E. G.; CARNEIRO, M. J. (Orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35-51.



- CACHÓN, Lorenzo Rodriguez. Desafios de la “juventud inmigrante” en la nueva España inmigrante. *Estudios de Juventud*, v. 60, n. 3, p. 9-32, 2003. Disponível em: <www.injuve.es/sites/default/.../art1_LCachon.pdf>. Acesso em: 10 set. 2012.
- CACHÓN, Lorenzo Rodriguez. Inmigración en España: del mercado de trabajo a la plena ciudadanía. *Oñati Socio-Legal Series*, v. 1, n. 2, p. 1-16, 2011. Disponível em: <<http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract>>. Acesso em: 13 jul. 2012.
- CARNEIRO, M. J. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CASTRO, E. G.; CARNEIRO, M. J. (Orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 53-66.
- CARNEIRO, M. J. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário dos jovens rurais. In: SILVA, F. C. T. et al. (Orgs.). *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 97-117.
- CARVALHO, S. P.; MARIN, J. O. B. Agricultura familiar e agroindústria canavieira: impasses sociais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 49, n. 3, p. 681-708, jul./set., 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v49n3/a07v49n3.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2017.
- CASTRO, E. G. et al. *Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica; Edur, 2009.
- CASTRO, E. G. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Ninez y Juventud*, Manizales, v. 07, n. 01, p. 179-208, 2009b. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1692-715X2009000100008&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 abr. 2015.
- DREBES, L. M. Itapuranguenses em terras estrangeiras: vivências migratórias internacionais de filhos de agricultores familiares. . In: MARIN, J. O. B. (Org.). *Agricultores familiares em migrações internacionais*. Santa Maria: Ed da UFSM, 2017. p. 95-140.
- DREBES, L. M.. *Jovens rurais em migrações internacionais*. 197 f. 2015. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural)–Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.
- DREBES, L. M.; MARIN, J. O. B. “Meninas custosas”: sobre migrações internacionais, juventude rural e prostituição. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 54., 2016, Maceió/AL. *Anais...* Maceió/AL: Universidade Federal de Alagoas, 2016.
- FEIXA, C. P. *De jóvenes, bandas y tribus*. Barcelona: Editorial Ariel, 2006a.
- GARCIA JR., A. R. *O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Brasília: Marco Zero; Universidade de Brasília; CNPq, 1989.
- HUGO, G. Migrações internacionais não-documentadas: uma tendência global crescente. *Travessia*, São Paulo, v. 11, n. 30, p. 05-12, jan./abr. 1998. IBGE. *Censo Agropecuário 2006*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 abr. 2015.
- IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/amostra/>>. Acesso em: 23 abr. 2015.
- MARGOLIS, M. *Goodbye Brazil: emigrantes brasileiros no mundo*. São Paulo: Contexto, 2013.



- MARIN, J. O. B. (Org.). *Agricultores familiares em migrações internacionais*. Santa Maria: Ed da UFSM, 2017.
- MARIN, J. O. B. DREBES, L. M.; OLIVEIRA, F. S. Agricultores familiares de Itapuranga: sucessivas experiências migratórias. In: MARIN, J. O. B. (Org.). *Agricultores familiares em migrações internacionais*. Santa Maria: Ed da UFSM, 2017. p. 47-94.
- MARIN, J. O. B. Em marcha para Oeste: travessias de camponeses. In: MARIN, J. O. B.; NEVES, D. P. (Orgs.). *Campesinato e Marcha para Oeste*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013. p. 251-292.
- MARIN, J. O. B. Pronaf Jovem: os limites da construção social de jovens emancipados e sucessores. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. 55., 2017, Santa Maria, RS. **Anais...** Sober: Brasília, 2017. p. 1-26. Disponível em: <<http://sober.org.br/congresso2017/>>. Acesso em: 15 ago. 2017.
- MARTINS, J. S. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003a.
- MARTINS, J. S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 2003b. p. 39-47.
- MARTINS, J. S. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MASANET, E.; BAENINGER, R. Brasileiros e brasileiras na Espanha: mercado de trabalho, seguridade social e desemprego. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 121, p. 65-89, jul./dez. 2011.
- MENEZES, M. A. (Org.). *Histórias de migrantes*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- MENEZES, M. A. Família, juventude e migrações. *Revista Antropológicas*, Recife, v. 23, n. 01, p. 113-136, 2012. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaantropologicas/index.php/revista/article/view/247/169>>. Acesso em: 29 abr. 2015.
- NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Org.). *Geografia agrária: teoria e poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 211-270.
- NEVES, D. P. Apresentação. In: MARIN, J. O. B. (Org.). *Agricultores familiares em migrações internacionais*. Santa Maria: Ed da UFSM, 2017. p 5-14.
- OLIVEIRA, F. S. Migrações internacionais: viver as partidas, as ausências e os reencontros. In: MARIN, J. O. B. (Org.). *Agricultores familiares em migrações internacionais*. Santa Maria: Ed da UFSM, 2017. p. 191-130
- OLIVEIRA, F. S. *Migrações rurais e agricultura familiar: vivências de famílias de Itapuranga/GO*. 155 f. 2015. Dissertação (Mestrado em Agronegócios)—Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.
- ONU. Organização das Nações Unidas. *International Migration and Development*. United States: General Assembly, 2013. Disponível em:<http://www.un.org/esa/population/migration/ga/SG_Report_A_68_190.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2015.
- PATARRA, N L. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 03, p. 23-



33, jul./set. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392005000300002&script=sci_arttext>. Acesso em: 28 abr. 2015.

PATARRA, N. L; FERNANDES, D. Brasil: país de imigração? *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, Lisboa, n. 24, p. 65-96, 2011. Disponível em: <http://lnx.scalabriniane.org/smr/wpcontent/uploads/2013/09/livro_migracoes.pdf#page=360>. Acesso em: 28 abr. 2015.

PEREIRA, J. C. A. Da migração nacional à internacional: enredos e desenredos de jovens rurais na agricultura familiar. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Org.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 149-166.

PEREIRA, J. C. A. Da migração nacional à internacional: enredos e desenredos de jovens rurais na agricultura familiar. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Org.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 149-166.

PEREIRA, J. C. A. *O lugar desmanchado, o lugar recriado?* Enredos e desenredos de jovens rurais na migração internacional. 2012. 298 f. Tese (Doutorado em Sociologia)– Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000905145>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

PEREIRA, S.; SIQUEIRA, S. Migração, retorno e circularidade: evidência da Europa e dos Estados Unidos. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, v. 21, n. 41, p. 117-138, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1980-85852013000200007&script=sci_arttext>. Acesso em: 29 abr. 2015.

RECIO, C.; COSTA, C. La comunidade latino-americana em Barcelona. In: FEIXA, C. P. (Org.). *Jóvenes 'latinos' en Barcelona: espacio público y cultura urbana*. Barcelona: Anthropos Editorial: Ajuntament de Barcelona, 2006. p. 30-38.

RENK, A.; CABRAL, V. J. Campesinidade e migração internacional: novas estratégias dos jovens rurais do Oeste Catarinense. *Esboços*, Florianópolis, v. 10, n. 10, p. 09-28, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/385>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

ROMERO, J. M. V. et al. (Org.). *Migraciones Iberoamericanas: las migraciones España-Brasil*. Huelva: Editora da Universidad de Huelva; Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2013.

SALES, T. Brasil migrante, Brasil clandestino. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v. 08, n. 01, p. 107-115, jan./mar. 1994. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v08n01/v08n01_13.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2015.

SALES, T. *Brasileiros longe de casa*. São Paulo: Cortez, 1999.

SALES, T. Novos fluxos da população brasileira. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v. 08, n. 01-02, p. 21-32, jan./dez. 1991. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol8_n1_2_1991/vol8_n1e2_1991_2artigo_21_32.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2015.

SANTOS, J. V. T. *Matuchos: exclusão e resistência*. Petrópolis: Vozes, 1993.

SAYAD, A. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

SILVA, M. A. M. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998.



SILVA, M. A. M.; MENEZES, M. A. *Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões*. Brasília: Nead, 2006.

SILVA, M. A.M. Contribuições metodológicas para a análise das migrações. In: DEMARTINI, Z. B. F.; TRUZZI, O. *Estudos migratórios: perspectivas metodológicas*. São Carlos: EdUFSCar, 2005. p. 53-86.

SIQUEIRA, S. O retorno motivado pela crise na economia norte-americana. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 01, n. 02, p. 64-79, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=338130371005>>. Acesso em: 02 maio 2015.

SIQUEIRA, S. O sonho frustrado e o sonho realizado: as duas faces da migração para os EUA. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Paris, s./n, s./v., s./p., 2007. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/5973>>. Acesso em: 02 maio 2015.

SOARES, W. A emigração valadarense à luz dos fundamentos teóricos da análise das redes sociais. In: MARTES, A. C. B.; FLEISCHER, S. (Orgs.). *Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SPANVELLO, R. M. *A dinâmica sucessória na agricultura familiar*. 2008. 236 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

STROPASOLAS, V. L. *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

TEDESCO, J. C. *Entre raízes e rotas: identidades culturais em movimento: aspectos da imigração brasileira na Itália*. Passo Fundo: Ed. da UPF; Passo Fundo; Itajaí: Universidade Vale do Itajaí, 2012.

TEDESCO, J. C. Nada é como era antes: processos socioculturais nos locais de origem de fluxos migratórios para a Itália. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, São Leopoldo, v. 5, n. 9, p. 190-207, jul. 2013.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. *Tempo Social*, São Paulo, v. 20, n. 01, p. 199-218, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v20n1/a10v20n1.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2017.

WANDERLEY, M. N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G.(Orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35-51.

WANDERLEY, M. Na. B. *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WEISHEIMER, N.. *A situação juvenil na agricultura familiar*. 331 f. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://pct.capes.gov.br/teses/2009/42001013012P7/TES.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v. 7, n. 1, p. 35-53, jan./jun. 1990.